

**1 Ata da Sessão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do
2 Paraná realizada em 22 de fevereiro de 2013.**

3 Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano dois mil e treze, às nove horas, na Sala do
4 Conselho Universitário, reuniu-se o Plenário do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da
5 Universidade Federal do Paraná, sob a presidência do Professor Doutor Rogério Andrade
6 Mulinari. Presentes os Conselheiros Titulares Altair Pivovar, Ana Vitória Fischer da Silva, Angela
7 Cássia Costaldello, Daniela Resende Archanjo, Eva Cristina Rodrigues Avelar Dalmolin, Flávio
8 Massao Matsumoto, Gabriel Stahl Reese Frigo, Renato Nickel, Jeroniza Nunes Marchaukoski,
9 Luiz Carlos Baeta Vieira, Marcus Vinicius Ribeiro Ferreira dos Santos, Diego Mendonça
10 Domingues, Marlene Rodrigues Meira, Rachel Callai Bragatto, Regina Maria Hartog Pombo
11 Rodriguez e Sônia Maria Breda. Presentes também os Conselheiros Suplentes Marcelo Miguel
12 Conrado, Wilson Alcântara Soares, Rita de Cássia Bernardes Brambila, Lauren Machado Pinto e
13 Carlos Alberto Ubirajara Gontarski. Presente ainda a Pró-Reitora de Extensão e Cultura, Prof.^a
14 Elenice Mara Matos Novak. Justificaram suas ausências os Conselheiros Daniela Biondi Batista,
15 João Francisco Ricardo Karstner Negrão, Luciane Marinoni, Paulo Chiesa, Jayme Bordini Junior e
16 Romualdo Wandressen. Havendo quorum o Presidente declarou aberta a sessão, colocando em
17 discussão e votação a ata do dia 14.12.2012, que foi aprovada por unanimidade. Nos Informes, o
18 Presidente iniciou dando boas-vindas aos Conselheiros no início das atividades referentes ao ano
19 de 2013. Ainda com a palavra, destacou o importante trabalho que deverá ser realizado pelo CEPE
20 envolvendo a adaptação das nossas resoluções internas à Lei 12.772/12 que estabelece novo
21 regramento em relação a carreira docente das Instituições Federais de Ensino. Ainda nos Informes,
22 a Conselheira Ana Vitória Fischer da Silva solicitou registro em ata de manifestação sobre o
23 conteúdo da Resolução 73/12-CEPE que, dentre outras disposições relacionadas ao Curso de
24 Educação Física, estabelece o retorno de um grupo de professores provisoriamente lotados na
25 Direção do Setor de Ciências Biológicas ao Departamento de Educação Física. A questão colocada
26 pela Conselheira Ana Vitória Fischer da Silva reside no entendimento de que a data definida pelo
27 CEPE do dia 21 de janeiro de 2013 seria para o início do cronograma da Comissão estabelecida
28 visando o acompanhamento do referido retorno e não a data para o retorno propriamente dito.
29 Sobre o assunto, a Conselheira Eva Cristina Rodrigues Avelar Dalmolin registrou sua
30 compreensão de que a referida data foi estabelecida pelo CEPE para o efetivo retorno dos referidos
31 dos professores, sendo que a Comissão designada teria o trabalho de acompanhamento e
32 supervisão deste procedimento, apresentando um relatório para o conhecimento deste Conselho.
33 No mesmo sentido, manifestaram-se os Conselheiros Wilson Alcântara Soares e Altair Pivovar,
34 sendo o Conselheiro Altair enquanto relator da matéria no CEPE. Ainda sobre este assunto e a
35 pedido da Conselheira Ana Vitória Fischer da Silva foi consignado o seguinte registro em ata:
36 *“Por justifico esta declaração, pois não foi o entendimento desta conselheira sobre a definição de
37 uma data específica para retorno dos docentes removidos ao DEF. Entendi que na data de 21 de
38 fevereiro de 2013, acompanhando o reinício do ano letivo de 2012 iniciariam os trabalhos da
39 Comissão instituída para definição de um cronograma de retorno. Conselheira Ana Vitória.”*
40 Dando sequência à parte dos Informes, o Presidente deu posse aos novos representantes do Fórum
41 de Coordenadores de Pós-Graduação junto ao CEPE: Professora Jeroniza Nunes Marchaukoski, na
42 condição de representante titular e Professora Izabel Cristina Zattar, como suplente. Também
43 foram empossados os representantes do Setor de Ciências Biológicas junto a este Conselho:
44 Professoras Ana Vitória Fischer da Silva, como representante titular e Luciane Marinoni, como
45 suplente. Também foi registrada a posse do Diretor *Pro Tempore* do recém-criado Setor Palotina,
46 Professor Doutor Luciano dos Santos Bersot e a posse do novo Diretor do Setor de Ciências

47 Exatas, Professor Doutor Marcos Sfair Sunyé e Vice-Diretor, Professor Doutor Alexandre Luis
48 Trovon de Carvalho ocorrida em 26.02.2012. Encerrando os Informes, a Presidente da Comissão
49 responsável pelo acompanhamento do retorno dos professores ao Departamento de Educação
50 Física, e de que trata a Resolução 73/13-CEPE, realizou a apresentação do primeiro relatório: “I –
51 **NOTAS INTRODUTÓRIAS:** Em atendimento à Resolução nº 73/12-CEPE, emitida no processo
52 nº 23075.025651/2012-86, e dando cumprimento especificamente ao artigo 4º do referido ato
53 normativo, a Comissão apresenta o relatório que segue, com base nas 09 (nove) reuniões
54 realizadas até esta data. Em face das atribuições da Comissão, cujo objetivo, em essência, é o
55 acompanhamento do retorno de um “grupo” de Professores para o Departamento de Educação
56 Física, estabeleceu-se na primeira reunião, em data de 16/02/2013, as ações preliminares que
57 norteariam os trabalhos, assim como um cronograma de atividades. São elas: o estabelecimento
58 de um calendário de reuniões com os “grupos” e, posteriormente com todo o Departamento;
59 acompanhamento das plenárias departamentais e audiência pública com todos os acadêmicos do
60 Curso de Educação Física; e, ante a necessidade de que os trabalhos fossem acompanhados por
61 um Procurador Federal na UFPR, um pedido que foi encaminhado ao Presidente do CEPE e,
62 posteriormente, enviado ao procurador Chefe para designação. A primeira atuação da Comissão
63 foi solicitar uma reunião para ouvir o Setor de Ciências Biológicas, a Coordenação do Curso de
64 Graduação, a Coordenação do Programa de Pós-Graduação e o Departamento de Educação
65 Física. Na sequência, seriam ouvidos todos os envolvidos – Professores vinculados ao Setor e
66 demais Professores do DEF, com o fito de estabelecer um cronograma de procedimentos visando
67 o cumprimento da decisão daquele Conselho. Esta reunião, somente com os membros da
68 Comissão, teve a duração aproximada de 2h30min. **II – AÇÕES CONCRETAS DA COMISSÃO:**
69 **I – Data de 18/02/2013, reunião com as Chefias envolvidas (3 horas de duração):** Na data de
70 18/02/2013, a Comissão se reuniu com Diretor e Vice-Diretor do Setor de Ciências Biológicas,
71 com o Chefe e Vice-Chefe do Departamento de Educação Física, e com o Vice-Coordenador do
72 Programa de Pós-Graduação do Curso de Educação Física com o objetivo conhecer eventuais
73 providências que haviam sido tomadas para o retorno dos Professores. Na ocasião foi
74 apresentado, por representante da Direção do Setor e da Vice-Direção do Setor, o entendimento
75 de que a Resolução nº 73/12-CEPE deveria ser alterada no que se refere ao seu artigo 2º, que
76 definiu o dia 21 de janeiro de 2013 como data para o retorno dos referidos docentes ao seu
77 Departamento de origem, sob a alegação de que a referida data não constava no parecer do
78 relator. Em relação a este ponto, foi informado que tal data foi aprovada após a discussão do
79 assunto pelo CEPE, momento em que também foi definida e aprovada a data do dia 22 de
80 fevereiro do corrente (1ª reunião plenária do CEPE de 2013) para que a Comissão apresentasse,
81 ao Conselho, os informes preliminares a respeito dos trabalhos até então realizados.
82 Independente desses esclarecimentos, houve certa relutância por parte do representante dos
83 Professores que deveriam retornar ao DEF e ficou registrado que encaminhariam, ao CEPE,
84 pedido de revisão da Resolução nº 73/12-CEPE. Durante a reunião, a Presidente da Comissão
85 insistiu na importância – com fundamento no interesse público, no interesse institucional e dos
86 alunos - de que eram essenciais a disposição e o ânimo, tanto dos Professores que retornaram ao
87 Departamento de Educação Física, como os que lá permaneceram e iriam recebê-los. Ressaltou
88 que as subjetividades, que estão diretamente ligadas à questão convival, deveriam ser colocadas
89 de lado, prevalecendo o aspecto institucional e acadêmico, absolutamente apartado de questões
90 pessoais ou emocionais – aspectos irrelevantes para a Comissão, instalada com o intuito dar
91 cumprimento à decisão do CEPE. O papel de cada Professor no desempenho de suas atribuições,
92 sobretudo para que não haja prejuízo aos alunos do Curso, deveriam sobrepujar quaisquer outros

93 aspectos de cunho subjetivo. Nesse sentido a Presidente informou que, de acordo com o
94 cronograma, a Comissão solicitaria, ao Departamento, uma reunião plenária para a distribuição
95 de aulas para o período letivo de 2013, onde seriam convocados todos os Professores lotados no
96 DEF. Os 16 Professores então lotados no Setor de Ciências Biológicas, entregaram documento
97 solicitando uma reunião com a Comissão. Diante do pedido, a Comissão estabeleceu, como parte
98 do cronograma de seus trabalhos, a realização de duas reuniões, uma com o grupo de
99 Professores que estão retornando ao DEF e outro com os demais Professores que permaneceram
100 no DEF. Por mais de uma vez foi destacado pela Comissão aos Chefes e respectivos Vices que,
101 diante do esgotamento da Universidade (seus órgãos colegiados, corpo docente e discente, e da
102 própria sociedade), das inúmeras tentativas infrutíferas de solução de problemas pontuais
103 envolvendo contendas interpessoais, do tempo gasto inutilmente sem qualquer objetivo de cunho
104 institucional e acadêmico (e conseqüente desperdício de recursos), esta era a derradeira
105 oportunidade de conciliação e de recomposição do DEF. Em caso de constatação de absoluta
106 ausência de condições de atingir o que se espera de uma “universidade” do jaez da UFPR, do
107 pertinente direcionamento dos talentos docentes e da assimilação da própria razão de ser do
108 corpo docente (acadêmicos e sociedade), a Comissão conduziria a resolução para outra
109 instância, fora da Universidade. Trata-se, basicamente, de retirar da Instituição a
110 responsabilidade que lhe foi colocada indevidamente de administrar conflitos estritamente
111 pessoais, com o encaminhamento de proposta ao CEPE para que o Ministério Público Federal
112 celebrasse um Termo de Ajuste de Conduta-TAC. De modo breve, foi explicado pela Comissão o
113 procedimento do TAC, destacando que não se trata de nenhum tipo de judicialização da questão,
114 caso cumprido o acordo avençado pelas partes. Outro aspecto pontuado pela Comissão, como
115 parte de seu cronograma, será uma audiência pública com todos os estudantes do Curso e
116 Educação Física. Ao final, ficaram definidas as duas próximas reuniões já mencionadas: uma no
117 dia 15/01/13, conforme solicitação, com os 16 Professores que retornaram ao Departamento; e a
118 outra no dia 28/01/13, na sala de reunião da plenária departamental do DEF, com o “grupo” de
119 Professores que permaneceram no Departamento. Assim acordado foi encerrada a reunião. 2 -
120 **Data de 25/01/2013, reunião com os 16 Professores que retornaram ao DEF (5h de duração):**
121 Na data de 25/01/2013 ocorreu a reunião com a maioria dos 16 Professores que retornaram ao
122 DEF, devidamente gravada com o conhecimento de todos os presentes. A Presidente iniciou a
123 reunião reafirmando a missão da Comissão como delegada do CEPE a fim de cumprir que a
124 decisão consubstanciada na Resolução aprovada em 14 de dezembro e publicada em 16/01/13 e
125 que não cabia, naquele momento, quaisquer questionamentos a respeito do conteúdo, da
126 adequação ou descontentamento da referida decisão. Repetiu as considerações feitas na reunião
127 anterior realizada com os Chefes e Vice Chefes no sentido de se trazer, paulatinamente, uma
128 convivência condizente com o ambiente acadêmico e registrou, enfaticamente, a posição da
129 Comissão de dar tratamento igualitário ao ouvir os 16 Professores e também os demais
130 Professores do DEF. Anunciou que as reuniões seriam gravadas para garantir, ao máximo, o
131 cunho de fidedignidade e tal material seria de uso exclusivo da Comissão. O Professor Fernando
132 Marinho Mezzadri tomou a palavra inicialmente, agradeceu a Comissão e apresentou cada um
133 dos presentes, cujo comparecimento está documentado em anexo. Na sequência, repassou à
134 Comissão documento contendo a lista de processos que espelham problemas relacionados a
135 atitudes de Professores que permaneceram no DEF e que, a seu ver, ultrapassaram as questões
136 éticas. Relatou ofensas pessoais e situações que extrapolaram os muros da UFPR, como a Polícia
137 Federal envolvendo MINTER e DINTER. Informou, ainda, que, não obstante a exposição sofrida
138 por alguns dos 16 Professores, nenhum membro do “grupo” foi ao CEPE ou ao COUN

139 *apresentar tais informações, contudo elas existem, mas nunca deixaram que a qualidade do*
140 *trabalho fosse influenciado e prejudicado. Nesse instante, a Presidente informou que a Comissão*
141 *reconhece a seriedade inquestionável do trabalho dos docentes. A Professora Maria Regina F. da*
142 *Costa, como decana do Colegiado, relatou problemas recorrentes envolvendo distribuição de*
143 *aulas, na realização de concursos públicos, cessão de Professores e processos replicados. A*
144 *Professora Joice Stefanello, representante do Programa de Pósgraduação, também registrou*
145 *dificuldades e pressões junto ao Programa de Pós Graduação e sobre a sua gestão, como a*
146 *invasão de reuniões do Colegiado e persuasão em votações. O Professor André Luiz Felix*
147 *Rodacki expressou que o convívio entre os Professores, nos corredores e no dia a dia, não é de*
148 *todo o mau, porém quando há reuniões plenárias surgem agressões por parte dos Professores*
149 *“do outro grupo”, troca de favores por votação e outros fatos que desequilibram as relações.*
150 *Durante a reunião diversos Professores afirmaram que não voltariam para o DEF e, se*
151 *necessário pediriam transferência ou exoneração. A Presidente manifestou-se alertando que, se*
152 *há esta predisposição, trata-se de uma posição individual de cada docente, que não diz respeito*
153 *aos trabalhos da Comissão que não tem como papel interferir nessa esfera de subjetividade.*
154 *Nesse sentido, uma vez mais, sublinhou que a cada reunião há uma apreciação da situação*
155 *relatada ou vivenciada, mas que são afastadas quaisquer questões de caráter subjetivo, visto que*
156 *o trabalho da Comissão deve se pautar por questões objetivas direcionadas a harmonizar as*
157 *situações institucional e acadêmica. Alguns Professores foram contundentes ao registrar que, por*
158 *suas razões, não pretendem retornar ao DEF. A Comissão voltou a destacar o valor do esforço*
159 *que deve envolver a competência e a capacidade de lidar com a questão institucional e completou*
160 *ao dar informações sobre o que seria um Termo de Ajuste de Conduta, como uma ação necessária*
161 *frente ao limite de tolerabilidade desta situação dentro da UFPR. Durante a reunião foi*
162 *solicitado à Comissão a permissão para reprodução de gravação de uma reunião plenária do*
163 *DEF, presidida pelo Professor Sérgio Santos, onde puderam ser observados alterações de voz,*
164 *autoritarismo e desrespeito aos colegas. A Comissão permitiu e ouviu a reprodução da gravação*
165 *e, após mais algumas manifestações, a Presidente agradeceu e encerrou a reunião, ressaltando*
166 *que o contexto fosse transformado daquele momento para frente, como um marco para se*
167 *construir uma convivência possível e, sobretudo atender aos alunos e à Instituição. 3 – Data de*
168 **28/01/2013, reunião com os Professores do DEF (2h30min de duração):** *Em 28/01/2013, foi*
169 *realizada a reunião do DEF da qual participou a maioria dos Professores que permaneceram no*
170 *Departamento, o que seria teoricamente o “outro grupo”. A Presidente iniciou apresentando os*
171 *membros da Comissão e a sua função de executoriedade da decisão do CEPE, e indagou a*
172 *respeito das medidas que estavam sendo adotadas para receber o “grupo” de Professores que*
173 *estão retornando ao DEF. O Professor Tácito Pessoa a de Souza Junior, na qualidade de Chefe*
174 *do Departamento, informou a premência de convocar uma reunião plenária para a tomada de*
175 *decisões administrativas e acadêmicas, inclusive visando a distribuição de aulas para o período*
176 *letivo de 2013. Questionou a Comissão se os Professores já estavam lotados no DEF. A*
177 *Presidente da Comissão informou que sim, conforme decisão do CEPE e que a concretização da*
178 *decisão do Conselho muito iria depender da habilidade, da maturidade e do comportamento dos*
179 *membros do DEF ao receber os 16 Professores. A responsabilidade é conjunta e que não há*
180 *vencedores ou perdedores, porque a situação demonstra inequivocamente que todos são*
181 *perdedores: Professores, alunos, a Instituição e a sociedade. Informou também que a Comissão*
182 *solicitou à PROGEPE um levantamento de todos os PADs que envolvem o Departamento, visando*
183 *apenas obter de um diagnóstico das circunstâncias. Nesse passo, o Professor Sérgio Gregório*
184 *registrou a existência de divergências pontuais entre membros dos dois “grupos” e entende que*

185 todos devem ser responsabilizados, inclusive por “assédio” (sic). A Presidente ponderou que
186 todos os esforços encetados voltavam-se ao clima de paz e tranquilidade entre todos os docentes e
187 que aquela ponderação contribuía para fomentar o conflito e a discórdia. Também esclareceu que
188 a Comissão em nada interferirá nos PADs, pela obviedade da competência que lhe foi atribuída
189 pelo CEPE, e que também as decisões a serem proferidas nos aludidos processos em nada influem
190 nas tarefas da Comissão. Reiterou que o tratamento será igualitário, não entrando em questões
191 subjetivas. Na sequência das discussões, surgiram manifestações de alguns docentes. O Professor
192 Wagner de Campos informou que houve problemas pontuais entre Professores dos dois “grupos”
193 e que os docentes que ali estavam foram “pegos de surpresa” com a proposta de criação de um
194 novo Departamento, fato que não se justifica academicamente para o Curso de Educação Física e
195 que geraria problemas de operacionalização. A Professora Cristina C.C. de Medeiros afirmou
196 que havia “voto de cabresto” nas reuniões, situações bastante constrangedoras e, ainda, outras
197 condutas que colaboraram para a decisão de remoção do grupo de 16 professores. Enfatizou que
198 com o retorno deverá haver novas posturas durante as plenárias departamentais. O Professor
199 Tácito Pessoa de Souza Júnior noticiou que o DEF e alguns de seus membros são “perseguidos”,
200 que todos os assuntos que são encaminhados ao Conselho Setorial são “travados” com pedido de
201 vista. Acusou, além disso, a existência de problemas em relação ao credenciamento de
202 Professores do DEF no Programa de Pós-Graduação. A Professora Simone Aparecida Rechia
203 Ferreira lembrou a importância da reconstituição do Colegiado de Curso, como órgão
204 acadêmico fundamental para as atividades do Departamento. A Presidente informou que, além da
205 audiência que a Comissão realizará com todos os alunos do Curso de Educação Física, também
206 fará reunião com os servidores técnico-administrativos e comunicou, nos mesmos termos das
207 reuniões anteriores, a possibilidade de envio do problema ao Ministério Público Federal para o
208 TAC, fato que gerou preocupação por parte de alguns Professores. Após mais algumas
209 manifestações a reunião foi encerrada. **4 – Data de 30/01/2013, reunião exclusiva da Comissão
210 com seus membros para avaliação e novos procedimentos (5 horas de duração):** Na Sala dos
211 Conselhos Superiores a Comissão se reuniu para a avaliação dos trabalhos até aquele momento
212 desenvolvidos e a discussão de novos procedimentos visando a supervisão do retorno dos
213 Professores do DEF. Nesta reunião o Professor Francisco Jaime Lopes Barbosa, na qualidade de
214 membro da Comissão e especialista na área de Psiquiatria, apresentou um brilhante e elucidativo
215 diagnóstico circunstanciado com base nos elementos coletados nas reuniões promovidas pela
216 Comissão e que será adiante apresentado. Com baldrame nos subsídios e ponderações para a
217 adoção das próximas ações da Comissão para o cumprimento de seus objetivos, houve o consenso
218 de que deveria ser convocada uma reunião da plenária departamental do DEF para definição da
219 distribuição da carga horária dos docentes para o primeiro e para o segundo semestre de 2013,
220 em face do calendário escolar aprovado pelo CEPE e o período de matrícula dos alunos nas
221 disciplinas. Porém, diante das ocorrências observadas durante as reuniões, em especial o
222 posicionamento de alguns docentes de ambos os “grupos”, a Comissão entendeu, antes de
223 comunicar a Chefia do DEF que convocasse a plenária departamental, conveniente promover a
224 realização de uma reunião prévia com um ou dois representantes dos dois “grupos” de
225 Professores. Estes, na condição de “moderadores”, levariam aos seus pares a informação sobre a
226 importância da participação e a relevância do assunto de pauta da futura reunião do DEF para a
227 continuidade do desenvolvimento das atividades didáticas do Curso. Assim definido, a Comissão
228 marcou as duas novas reuniões para o dia 06/02/2013, às 10h00min com dois representantes do
229 “grupo” dos 16 Professores e outra às 11h30min com dois representantes dos Professores que
230 permaneceram no Departamento. Para a reunião das 10h00min foram convocados os Professores

231 Paulo César Bento e Maria Regina F. Da Costa e para a reunião das 11h00min, os Professores
232 Tácito de Souza Pessoa Júnior e Cristina C.C. de Medeiros. **4. a – Data de 06/02/13, às**
233 **10h00min, reunião com os representantes dos Professores que retornaram ao DEF (5 horas de**
234 **duração):** Nesta reunião, além dos membros da Comissão, compareceram a procuradora federal
235 designada, Dra. Rosângela Bentivoglio e os Professores convidados, Paulo César Bento e Maria
236 Regina F. da Costa, e foi lhes comunicado que, visando o prosseguimento dos procedimentos
237 didáticos que deverão ser definidos para o ano letivo de 2013, seria convocada, pela chefia do
238 Departamento de Educação Física, reunião plenária para distribuição da carga horária didática
239 para todos os Professores lotados no Departamento (encargos didáticos para primeiro e segundo
240 semestre de 2013). A Comissão também registrou quão fundamental seria a participação de todos
241 os Professores, porém, ante à eventual impossibilidade de que todos comparecessem, que fossem
242 escolhidos, ao menos, três representantes. Mais uma vez, foi reiterada, pela Comissão, a
243 importância de que, neste processo, o vetor de condutas fosse a consolidação das metas de
244 trabalho e não movimentos de resistência a questões de ordem subjetiva ou de cunho pessoal. O
245 Professor Paulo César Bento, em nome do “grupo” que “representa”, registrou inicialmente o
246 respeito de todos em relação ao trabalho que vem sendo desenvolvido pela Comissão e que
247 levaria aos colegas a informação desta plenária departamental e reiterando o posicionamento
248 dos demais Professores de inconformidade com o retorno ao DEF. Também argumentou que
249 provavelmente muitos Professores não compareceriam, apenas ratificando posições já
250 apresentadas durante a reunião com a Comissão ocorrida no dia 25/01/13. **4. b – Data de**
251 **06/02/13, às 11h30min, reunião com os representantes dos Professores que permaneceram no**
252 **DEF (1h30min de duração):** Em seguida foi iniciada a outra reunião da qual participaram todos
253 os membros da Comissão e os Professores convidados, Tácito de Souza Pessoa Júnior e Cristina
254 C.C. de Medeiros. De igual modo à reunião antecedente, os Professores foram comunicados da
255 necessidade da convocação da reunião da plenária departamental no dia 15/02/13, para
256 distribuição dos encargos didáticos para o ano letivo de 2013. A Comissão lembrou a relevância
257 de que a convocação fosse encaminhada para todos os docentes lotados no Departamento e que
258 durante a reunião fossem evitados conflitos pessoais, de sorte que as discussões se restringissem
259 a questões didáticas e administrativas. O Chefe do Departamento informou a existência de outros
260 assuntos que precisariam ser deliberados em plenária departamental, como pedidos de
261 afastamento de docentes, proposta de Cursos de extensão e definição de calendário das próximas
262 plenárias para 2013. Após algumas manifestações, ficou estabelecido que a referida reunião
263 departamental teria caráter extraordinário, cuja pauta seria composta pelos assuntos
264 administrativos mencionados pelo Chefe do Departamento, mas que o principal assunto de pauta
265 seria a distribuição dos encargos didáticos para o ano letivo de 2013. Assim acordado, o Chefe
266 do Departamento se comprometeu a enviar a convocação para todos os Professores lotados no
267 DEF, nos prazos regimentais, para a reunião departamental no dia 15/02, às 14h00min na sala
268 de reuniões do Departamento. A Comissão, com tal proceder, visou à garantia do programa
269 didático do Curso de Educação Física para o ano acadêmico de 2013 e, ao mesmo tempo, na
270 oportunidade de, pela primeira vez, apreciar e analisar a convivência de docentes de ambos os
271 “grupos”. **5 – Data de 15/02/2013, acompanhamento da Comissão na Plenária Extraordinária**
272 **do DEF (4 horas de duração):** De modo sucinto, relata-se que, do “grupo” dos Professores que
273 retornaram ao Departamento participaram os Professores Fernando Marinho Mezzadri, Paulo
274 César Bento e Maria Regina F. da Costa, encaminharam documento no qual constava a
275 informação de que a participação na reunião se dava apenas em cumprimento à decisão do
276 CEPE, a proposta de distribuição dos encargos didáticos no Curso de Licenciatura e

277 Bacharelado em Educação Física, nos mesmos moldes adotados no ano de 2012, com quadro de
278 distribuição anexado. A sessão iniciou com a análise do pedido de homologação da aprovação ad
279 referendum da plenária departamental relativo à banca do concurso para a disciplina de
280 Filosofia. Nesse momento, os três Professores (Fernando Marinho Mezzadri, Paulo César Bento e
281 Maria Regina F. da Costa) se ausentaram por se sentirem impedidos de participar da discussão e
282 votação do item. Na continuidade e atendendo à pauta, houve a aprovação, por unanimidade de
283 votos, de pedidos de afastamento de docentes de ambos os “grupos”. Do mesmo modo, foi
284 aprovado, por unanimidade, o lançamento de notas referente ao fechamento do segundo semestre
285 de 2012, pois devidamente regularizada a situação das disciplinas, códigos correspondentes e
286 acessos ao sistema informatizado. Ocorreu a distribuição dos encargos didáticos aos Professores
287 do Departamento para 2013, mediante a aprovação, com ajustes, de um quadro apresentado pelo
288 Departamento. Para proceder às adequações dos encargos didáticos foi escolhida uma comissão
289 composta pelo Chefe do Departamento, a Professora decana Coordenadora do Curso, a
290 Coordenadora do Programa da Pós-Graduação (que foi representada pelo Vice-Coordenador) e
291 um representante do CAEF. Ficou decidido que após os trabalhos dessa comissão, a distribuição
292 dos encargos didáticos ajustada retornará à plenária departamental para deliberação. A
293 Comissão entendeu profícua a reunião, pois levantadas as divergências, houve concordância de
294 docentes de ambos os “grupos” de se reunirem para edificar uma proposta de comum de
295 atribuição didática. Tanto assim o é que houve a plenária departamental na data de 20/02/2013
296 para aprovação do Departamento dos ajustes a que se propuseram. **CONCLUSÕES DOS**
297 **TRABALHOS RELATADOS:** Este relatório espelha as aproximadas 30 horas de atividades da
298 Comissão – sem o cômputo dos incontáveis telefonemas e e-mails - e os procedimentos de ambos
299 os “grupos” no período de 16/01/2013 a 21/02/2013, data em que se finalizou este documento.
300 Diante do objetivo de acompanhamento do retorno dos docentes do Departamento de Educação
301 Física (DEF) por esta comissão, torna-se tarefa relevante o estudo e o entendimento dos
302 processos obstrutivos grupais que detém o desenvolvimento dos docentes do DEF como um
303 “grupo” unificado e verdadeiramente operativo. Torna-se importante apontar a ausência da
304 descrição dos objetivos e metas do DEF no site do mesmo. Na maioria das vezes, os
305 Departamentos universitários nascem com a vocação de ofertar as respectivas disciplinas de seus
306 Cursos e promover o desenvolvimento de atividades didáticas, práticas e teóricas através de seu
307 recurso humano maior que é o professor, além da estruturação de um espaço continente para a
308 formação dos alunos. Considerando o “grupo” de docentes do DEF como um todo, o clima
309 beligerante entre os seus membros é gravemente notório, os objetivos e metas do Departamento
310 deslocam-se de sua concepção original e direcionam-se para a priorização das necessidades dos
311 dirigentes e subgrupos do corpo docente. O progressivo afastamento dos objetivos originais do
312 Departamento pelo “grupo” docente vai ocorrendo à medida que ocorre o processo de
313 institucionalização do DEF, em detrimento do bem estar e formação dos seus alunos. O “grupo”
314 de docentes do DEF passa a constituir um sistema social que se auto-aniquila e metaforicamente
315 se “suicida” como “grupo”. O processo decorre de forma lenta, insidiosa e marcada pela inércia
316 em relação ao crescimento grupal e ao reconhecimento do espaço do outro. Os objetivos grupais
317 imanentes passam a ser minados através do não respeito a prazos e outros mecanismos
318 obstrutivos vinculados à busca e manutenção de estados de poder e a pressupostos narcísicos que
319 solapam o funcionamento e a continuidade de existência do DEF. É como se a práxis institucional
320 não ultrapassasse a fronteira dos egos de seus componentes. Muitas vezes a fragmentação
321 institucional do DEF originada pela polarização entre os dois subgrupos é justificada através de
322 mitos coletivos de paraísos nirvânicos de alocação dos docentes sem angústias e sem conflitos.

323 *Estas crenças os tornariam apartados da realidade universitária e dos objetivos originais do*
324 *DEF. Gerouse uma malha interativa constituída por sentimentos e intensas emoções que*
325 *misturam opiniões, intenções e lideranças e que exacerbam os componentes obstrutivos ao fluxo*
326 *funcional do Departamento. A expansão dos elementos emocionais do “grupo” criou uma trama*
327 *interpessoal que é uma verdadeira caixa de ressonância para a sustentação e manutenção das*
328 *redes e estados de poder. Por outro lado aspectos conflitivos do Departamento são mascarados*
329 *para que não venham à tona os elementos colidentes. Este tamponamento artificial acentuaria as*
330 *crises institucionais e culminaria no abortamento de iniciativas para a promoção de mudanças*
331 *que assegurem o bem estar e a formação dos alunos. O elemento agregador de qualquer*
332 *experiência grupal é a solidariedade entre os seus membros além dos mecanismos de mútua*
333 *proteção. A totalidade grupal do DEF precisaria muito deste tipo de cimento social. O “grupo”*
334 *em seu funcionamento geral apresenta estados alternantes que em muito se assemelham a alguns*
335 *conceitos de psicologia grupal do psicanalista Wilfred Bion. Um exemplo disto seria o andamento*
336 *do processo de distribuição de disciplinas e carga horária da graduação. Ocorreu tudo de forma*
337 *tranquila e sem ruídos comunicacionais. Neste momento a dinâmica seria constituída por um*
338 *“grupo de trabalho” com o nível de funcionamento voltado para a execução de tarefas. Quando a*
339 *tônica foi deslocada para a esfera de concursos públicos para a entrada de novos docentes, as*
340 *díades grupais se constelaram de forma claramente conflitante e estéril, perdendo o sentido de*
341 *campo acadêmico e de cultura grupal. Em muitos momentos delinea-se um “grupo de*
342 *dependência” para com esta comissão. Surgem demandas departamentais atreladas a desejos e*
343 *necessidades grupais que originalmente seriam atribuições do próprio Departamento, mas que*
344 *são encaminhados com roupagem de dependência funcional para esta comissão. Em outros*
345 *momentos o “grupo” adota o “pressuposto de luta-fuga” para o enfrentamento ou a esquivas dos*
346 *supostos elementos dissonantes e ameaçadores mantendo a cisão interna do DEF. Outras vezes se*
347 *alternam para a “formação de pares” na esperança de gerarem uma ideia salvadora e agônica*
348 *para a resolução mágica dos conflitos. Restou evidenciada, de forma indubitável, a posição de*
349 *inconformidade de retorno, manifestada a cada momento, verbal ou por escrito, do “grupo” dos*
350 *16 Professores. Porém, por intermédios dos seus representantes (Professores Maria F. da Costa,*
351 *Paulo César Bento e Fernando Marinho Mezzadri) estão colaborando para as atividades básicas*
352 *iniciais. Por outro lado, a receptividade dos Professores do DEF é variada. Alguns docentes são*
353 *reticentes e não hesitam em transferir responsabilidades para o outro “grupo”, não obstante*
354 *tenham eles sido os deflagradores da maioria desses problemas. Mantém, portanto, uma conduta*
355 *de criar ou manter desavenças. Há, igualmente, no DEF, docentes com posições pertinentes com*
356 *o ambiente acadêmico, demonstram real inquietação de alcançar uma convivência condizente*
357 *com a civilidade, em prol da Universidade e dos alunos, sem tom de rivalidade e com discurso de*
358 *união e de pacificação. Preocupam-se com a estrutura e com o desempenho das atribuições do*
359 *Curso para a retomada da normalidade das atividades (eleição para o Colegiado, distribuição*
360 *das disciplinas e cargas horárias, concurso para o atendimento de todas as disciplinas do Curso,*
361 *discussões sobre as HP, etc.). Percebeu-se, além disso, certa ausência de conhecimento das*
362 *normas da UFPR no que tange à gestão departamental, gerando entraves a procedimentos,*
363 *despachos equivocados, pedidos de vista desnecessários e outros percalços administrativos que*
364 *prejudicam o bom andamento institucional e acadêmico. Ressalta-se que houve respeito, gentileza*
365 *e clara colaboração, de ambos os “grupos”, para com a Comissão. Todavia, permanece-se com*
366 *cautela na apreciação das situações e ações que apareceram na continuidade do processo de*
367 *recomposição do Departamento de Educação Física. Os objetivos e metas do Departamento*
368 *foram deslocados de sua concepção original para a priorização das necessidades dos dirigentes e*

369 *subgrupos do corpo docente, em detrimento do bem estar e formação dos seus alunos. O “grupo”*
370 *de docentes do DEF na sua integralidade passa a constituir um sistema social que se*
371 *autoaniquila. Os conflitos grupais geram um processo lento, insidioso e marcado pela inércia e*
372 *pela não visibilidade do outro. Os objetivos departamentais imanentes são minados através de*
373 *mecanismos obstrutivos vinculados à busca e a manutenção do status quo. A expansão dos*
374 *elementos emocionais do “grupo” criou uma malha interativa constituída por sentimentos e*
375 *intensas emoções que misturam opiniões, intenções e lideranças e que exacerbam os componentes*
376 *obstrutivos ao fluxo funcional e promovem a manutenção das redes e estados de poder. Muitos*
377 *aspectos conflituos do Departamento são mascarados para que não venham a tona. Este fato*
378 *ocasionaria o abortamento de iniciativas para a promoção de mudanças departamentais*
379 *relevantes. A totalidade grupal do DEF precisaria lidar com um sistema de crenças subjacentes*
380 *em alocações ideais e nirvânicas para docentes apartadas da realidade acadêmica. Talvez a*
381 *inteligência relacional de seus membros possa criar uma equipe em que as trocas se viabilizem,*
382 *as competências se potencializem, sem espaço para estrelismos e que tenha como meta principal*
383 *a formação e o acolhimento do aluno. Curitiba, 21 de fevereiro de 2013. Comissão designada*
384 *pela Resolução nº 73/12 Conselheira Angela Cassia Costaldello, Prof. Dra. Ana Lúcia*
385 *Tararthuch, Prof. Dr. Francisco Jaime Lopes Barbosa, Conselheira Marlene Rodrigues Meira,*
386 *Conselheira Lays Gonçalves da Silva, Rosângela Bentivoglio (Procuradora Federal na UFPR) e*
387 *Dionei José da Silva (Secretário dos Órgãos Colegiados).” Lido o relatório, o Presidente*
388 *parabenizou a Comissão pelo trabalho, destacando a importância de que prevaleça o compromisso*
389 *institucional das partes envolvidas acima de qualquer interesse individual, sendo que eventuais*
390 *divergências possam ser discutidas e superadas, tendo sempre como referência o nosso*
391 *compromisso assumido perante a UFPR. Ainda em discussão, a representante discente, Hellen*
392 *Katarine Rosa Moreira, indagou a Comissão se já havia data marcada para audiência pública com*
393 *os alunos do Curso de Educação Física, obtendo resposta afirmativa por parte da Presidente da*
394 *Comissão, audiência esta para a qual deverão ser convocados todos os alunos do curso. A*
395 *Conselheira Eva Cristina Rodrigues Avelar Dalmolin também registrou elogios à Comissão pelo*
396 *brilhante trabalho, revestido de muita coragem e empenho perante uma situação de imensa*
397 *complexidade. Após mais algumas manifestações, o Presidente finalizou a parte dos Informes,*
398 *colocando em debate a designação da comissão que ficará encarregada dos estudos visando a*
399 *adaptação das resoluções de concurso publico para a carreira de magistério e das normas para*
400 *progressão na carreira docente, à Lei 12.772/12. Após breve discussão, a Comissão ficou assim*
401 *constituída: Conselheira Eva Cristina Rodrigues Avelar Dalmolin, Presidente; e demais membros:*
402 *Conselheira Regina Maria Hartog Pombo Rodriguez, Conselheira Lauren Machado Pinto,*
403 *Professora Maria Lúcia Accioly Teixeira Pinto representando a PROGRAD e Senhora Lânia*
404 *Virgina Busnello representando a PROGEPE. Em seguida, passou-se à **Ordem do Dia: 01)***
405 ***Processo nº 016586/2012-06 - Proposta de implantação do Curso de Doutorado do Programa***
406 ***de Pós-Graduação em Fisiologia. Interessada: Coordenação do Programa de Pós-***
407 ***Graduação em Fisiologia.** O parecer da lavra da Conselheira Daniela Resende Archanjo foi lido*
408 *pela Conselheira Cinthia Maria de Sena Abrão, nos seguintes termos: “Considerando os*
409 *apontamentos acima, que denotam excelência acadêmica e justificativa social para a abertura do*
410 *curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Fisiologia do Setor de Ciências*
411 *Biológicas da UFPR sou de parecer FAVORÁVEL à aprovação da proposta. S.M.J. É o parecer”.*
412 *Após breves esclarecimentos por parte do Coordenador do Curso, o parecer foi colocado em*
413 *votação, sendo aprovado por unanimidade. **02) Processo nº 016997/2010-21 - Proposta de***
414 ***implantação do Curso de Mestrado Profissional em Educação Teoria e Prática de Ensino.***

415 **Interessado: Departamento de Teoria e Prática de Ensino.** Processo relatado pela Conselheira
416 Marlene Rodrigues Meira, que exarou o seguinte parecer: “*Diante do exposto, acompanhando a*
417 *análise dos professores da área, o parecer desta Relatora é favorável à CRIAÇÃO DO CURSO*
418 *DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO: TEORIA E PRÁTICA DO ENSINO da*
419 *UFPR. S.m.j., é o parecer.*” Em discussão, o Coordenador do Curso apresentou informações
420 adicionais a respeito da proposta. Após mais algumas manifestações, o parecer foi colocado em
421 votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. **03) Processo nº 031986/2012-33 -**
422 **Calendário escolar do Centro de Estudos do Mar para o 1º semestre de 2013. Interessado:**
423 **NAA.** A relatora Conselheira Eva Cristina Rodrigues Avelar DalMolin exarou o seguinte parecer:
424 “*Por estar de acordo com a legislação vigente na UFPR, sou de parecer favorável à proposta de*
425 *calendário para os cursos de Oceanografia e Tecnologia em Aquicultura de Pontal do Paraná*
426 *para o ano letivo de 2013. S.M.J. É o parecer.*” Não havendo discussão, o parecer foi colocado em
427 votação, sendo aprovado por unanimidade. **04) Processo nº 083126/2011-02 - Remoção do**
428 **Departamento de Medicina Veterinária. Interessado: Geraldo Camilo Alberton.** Relatora de
429 vista: Conselheira Ana Vitória Fischer da Silva. Relatora original: Conselheira Eva Cristina
430 Rodrigues Avelar Dalmolin. A relatora de vista solicitou a retirada de pauta do processo,
431 justificando ter recebido o mesmo de diligência somente no dia anterior à esta reunião, motivo
432 pelo qual não teve tempo hábil para analisá-lo e exarar seu parecer de vista. Diante da justificativa,
433 o processo retirado de pauta. **05) Processo nº 001800/2013-01 - “Embargos de Declaração” em**
434 **face da Resolução nº 73/12-CEPE. Interessado: Professores de Educação Física.** Processo
435 relatado pelo Conselheiro Altair Pivovar, que procedeu a leitura do seu parecer, com o seguinte
436 teor: “*Assim, não vejo o menor fundamento na alegação de que haveria qualquer contradição*
437 *entre a Resolução 73/12 e o parecer que lhe deu fundamento, o que torna descabido o presente*
438 *pedido de embargo. S.M.J., é o Parecer*”. Em discussão, o Presidente inicialmente esclareceu ao
439 Pleno inexistir nos procedimentos administrativos o instituto denominado tecnicamente de
440 “embargos de declaração”, recurso judicial utilizado no Direito Processual Civil e Penal para sanar
441 obscuridades, omissões e/ou contradições de sentenças judiciais. Sendo assim, por analogia,
442 enquanto Presidente, acolheu a demanda, para que a mesma pudesse ser analisada pelo CEPE à luz
443 dos fundamentos discutidos e utilizados para a Resolução 13/12-CEPE. Realizados os
444 esclarecimentos preliminares, a matéria foi colocada em discussão, oportunidade em que a
445 Conselheira Ana Vitória Fischer da Silva fez referência à sua declaração de voto registrada no
446 início desta sessão. Na qualidade de Presidente da Comissão responsável pelo Acompanhamento
447 do Retorno dos Professores ao Departamento de Educação Física, a Professora Angela Cássia
448 Costaldello registrou ser impossível qualquer início de processo de solução para o impasse
449 instalado se for não estabelecido um marco temporal definido para o regresso dos referidos
450 professores a sua unidade de origem. Após mais algumas manifestações, o parecer foi colocado
451 em votação, aprovado por maioria de votos (14x01). **06) Processo nº 001419/2013-33 -**
452 **026480/2012-11 - Recurso contra decisão do CEPE, referente ao Edital 165/12-PROGEPE,**
453 **do Concurso Público para Área de Educação Física – Disciplina Prevenção de Acidentes e**
454 **Primeiros Socorros. Interessado: Departamento de Educação Física.** O Relator Conselheiro
455 Marcelo Miguel Conrado exarou o seguinte parecer: “*Diante do exposto, o parecer é pelo*
456 *improvemento do recurso, para fins de manter a decisão do CEPE, proferida em 14 de dezembro*
457 *de 2012 e que indeferiu o pedido do cancelamento do Edital 165/12-PROGEPE, referente ao*
458 *Concurso Público para a disciplina “Prevenção de Acidentes e Primeiros Socorros”, aberto pela*
459 *Direção do Setor de Ciências Biológicas.*” Após breve discussão, o parecer foi colocado em
460 votação, sendo aprovado por unanimidade. **07) Processo nº 016133/2012-71 - Reconsideração a**

461 **decisão favorável da 2ª CEPE em Pedido de Equivalência de Disciplina de Gregório Teixeira**
462 **Borges. Interessada: Coordenação do Curso de Engenharia Civil.** Processo relatado pelo
463 Conselheiro Jayme Bordini Júnior, que proferiu o seguinte parecer: *“Tendo em vista o Parecer da*
464 *PFE – UFPR, mantenho o meu Parecer emitido em 25/10/2012 e apresentado ao PLENO DO*
465 *CEPE em 26/10/2012: Respeitando os direitos e reconhecendo os erros das partes envolvidas,*
466 *devemos pensar nos pontos mais coerentes e justos de ambas as partes. O Aluno descreve muito*
467 *bem na página 08 do processo que deseja tão somente que o processo seja remetido aos*
468 *departamentos responsáveis pelas disciplinas para que seu pedido possa ter um julgamento justo*
469 *e qualificado tecnicamente, com os pareceres de professores que possam avaliar imparcialmente*
470 *o teor dos conteúdos programáticos das matérias referidas. A Coordenação do Curso de*
471 *Engenharia Civil deseja provar, mesmo com erros administrativos, que não existe equivalência*
472 *entre as Disciplinas e exprime isto de modo mais coerente quando cita na página 83 que temas*
473 *não cobertos pela Disciplina TT018 são extremamente relevantes ao Engenheiro Civil no projeto*
474 *de obras envolvendo reservatórios como produção de hidroeletricidade, controle de cheias,*
475 *navegação por eclusas e abastecimento público. Temos por postura acadêmica, em nossa*
476 *Universidade, garantir sempre a isonomia e o respeito ao trabalho conquistado pelos Cursos com*
477 *a construção de conteúdos de qualidade e de aplicação social. Isto forma egressos com qualidade*
478 *profissional e humana. Atendendo as duas partes no que julgo mais importante, considero que o*
479 *Aluno está atendido em seu maior desejo de avaliação de conteúdos, pois isto foi realizado com*
480 *justificativas por ambas as Disciplinas. O Colegiado do Curso de Engenharia Civil também está*
481 *atendido pelo mesmo motivo, pois conteúdos importantes não são ministrados pela Disciplina do*
482 *outro Curso e isto não contempla os objetivos do Curso. Portanto, considero **não haver***
483 ***equivalência entre as Disciplinas TT018 E TH024** e sou de **parecer contrário**, respeitosamente,*
484 *à decisão da 2ª Câmara do CEPE que concedeu equivalência entre as Disciplinas. Respeitando os*
485 *Direitos de todos os envolvidos sugiro que os erros administrativos sejam tratados em processo à*
486 *parte por este Conselho, pois isto não interferiria nos rumos Acadêmicos do Aluno”*. Em
487 discussão, vários conselheiros se manifestaram, abordando inclusive situações análogas e de
488 conteúdo semelhante onde este Conselho decidiu de maneira contrária ao entendimento de
489 Colegiados de Curso. No mérito, ainda forma apresentadas razões que fundamentaram a decisão
490 da 2ª Câmara do CEPE, favorável à concessão da referida equivalência de disciplinas. Após mais
491 algumas manifestações, o parecer foi colocado em votação e indeferido por maioria de votos.
492 Consubstanciado no §1º do artigo 21 do Regimento do CEPE, o Conselheiro Flávio Massao
493 Matsumoto foi designado para a emissão do voto majoritário, lavrado nos seguintes termos: *“(…)*
494 *Concluimos que, do ponto de vista legal, é possível conceder equivalência de disciplina eletiva*
495 *para obrigatória a qualquer tempo. Resta agora a análise do mérito da equivalência entre as*
496 *disciplinas. A diligência prestada pelo Departamento de Hidráulica e Saneamento não foi*
497 *esclarecedora, pois remete esta análise para o Colegiado do Curso de Engenharia Civil.*
498 *Devemos reconhecer que esta posição é legítima e até desejável, pois o Colegiado é a instância*
499 *que deve ter as atribuições de zelar pelos curso, porém ressalvamos que nem sempre esta é a*
500 *prática usual, pois temos conhecimentos de casos em que os próprios departamentos acabam*
501 *analisando as equivalências. Entretanto devemos igualmente reconhecer que o referido*
502 *colegiado, na qualidade de instância decisória, já teve o momento oportuno de se manifestar e*
503 *não caberia mais ter que reanalisar o processo em tela que, no momento, se encontra em nível*
504 *recursal. Como não somos especialista da área, solicitamos a assessoria desta vez do*
505 *Departamento de Engenharia Ambiental que aponta, corretamente, que há diferenças no enfoque*
506 *entre as duas disciplinas, pois são destinadas à formação de diferentes profissionais. Da análise*

507 dos planos de ensino, 10 entre 14 unidades didáticas encontrariam correspondência total ou
508 parcial, desconsiderando-se a unidade intitulada “introdução”. Numa análise superficial, poder-
509 se-ia considerar que a maior parte das unidades didáticas estariam cobertas; entretanto,
510 precisamente os itens que não encontram equivalência poderiam diferenciar a formação de um
511 Engenheiro Civil de um Engenheiro Ambiental. Sendo assim, apesar de haver indícios das
512 disciplinas serem equivalentes, não nos parece adequado decidir somente com base nas
513 disciplinas em si. Seria necessário considerar as circunstâncias e os fundamentos da solicitação,
514 e as consequências do ponto de vista acadêmico e do processo didático-pedagógico. Em outras
515 palavras, estamos fazendo a análise de um caso específico que, de modo algum, autoriza uma
516 futura concessão automática de equivalência entre as duas disciplinas. A circunstância que
517 chama a nossa atenção é o Acadêmico ser um formando e que depende somente de uma única
518 disciplina para concluir o curso. Um formando não é desobrigado a cursar uma disciplina
519 simplesmente pela sua condição. Entretanto a parte interessada do processo em tela chegou a
520 cursar uma outra que, se pode não ser equivalente em sua totalidade, tampouco se pode negar
521 que pertence ao mesmo ramo de conhecimento (hidrologia). Um formando é o aluno que teve que
522 percorrer as diversas etapas formativas do curso para progressivamente se tornar apto a exercer
523 a profissão, sendo o ápice deste processo o contato com o mundo do trabalho, isto é, no estágio
524 obrigatório. Sintomático é que o Acadêmico cursou e foi aprovado nas disciplinas TH414 –
525 Estágio Supervisionado em Engenharia Hidráulica e Sanitária, além da TH027 – Hidráulica e
526 Hidrologia Experimental (grifo nosso). Não nos parece razoável que se deixe de analisar o
527 percurso acadêmico como uma totalidade, para tomar uma decisão que pode ser pontual, mas
528 cuja consequência transcende os limites de uma disciplina. Nossa opinião neste caso é que não
529 encontramos justificativas para onerar tanto o Acadêmico como a Universidade, ao obrigá-lo a
530 cursar a disciplina TH024 – Hidrologia e adiar a sua formatura. Outro aspecto circunstancial é
531 que não havia possibilidade de cursar esta disciplina, por haver coincidência de horários com
532 outra. Na tentativa de adiantar a sua formatura, o Acadêmico teve que cumprir uma carga
533 horária maior e ainda se submeter ao processo de solicitação de equivalência. Sendo assim, na
534 nossa visão, não se configurou uma atitude de burla ao currículo do curso. Pelas considerações
535 acima expostas, nosso parecer é favorável à concessão de equivalência entre as disciplinas TH018
536 – Hidrologia Ambiental e a disciplina TH024 – Hidrologia ao Acadêmico Gregório Teixeira
537 Borges. SMJ, é o parecer.” **08) Processo nº 045933/2012-08 - Pedido de reconsideração da**
538 **decisão CEPE de revisão de validação de título de Doutor para fins internos. Interessado:**
539 **Blênio Severo Peixe.** Relator: Conselheiro Romualdo Wandresen. Face ao adiantado da hora, o
540 processo foi transferido para a pauta da próxima sessão. Não mais nada a tratar, o Presidente
541 agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual eu, Dionei José da Silva,
542 Secretário, lavrei a presente ata.